

Exm@s Sr@s Deputad@s,

Vêm por este meio as 28 associações signatárias dar-vos conhecimento da nossa posição conjunta enviada à imprensa sobre os temas que se debateram e votaram nas sessões de dia 16 e 17 de Fevereiro.

O resultado foi infelizmente, para todos nós, uma mão cheia de nada no que diz respeito à discussão de soluções para minorar os efeitos nefastos que as actuais regras da Baixa Médica da Segurança Social infligem às famílias das pessoas com doenças crónicas com agudizações que conduzem de forma recorrente e intermitente a situações de incapacidade de curta duração.

Por isso mesmo e porque entendemos que é possível encontrar uma solução justa para um problema que afecta, sobretudo cidadãos com Deficiência Orgânica que, como bem sabem, devem ter proteção ao abrigo da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) das Nações Unidas solicitamos que nos recebam no âmbito dos vossos grupos parlamentares e das Comissões da Saúde e do Trabalho, Segurança Social e Inclusão.

Com os melhores cumprimentos,

Alexandre Guedes da Silva

Presidente da SPEM, relator do comunicado e membro do Mecanismo da CDPD em representação da Deficiência Orgânica

Comunicado

Um dos grandes constrangimentos que afecta negativamente a prestação e o rendimento do trabalho dos doentes crónicos é a desadequação das regras da Baixa Médica da Segurança Social aos episódios de agudização dos sintomas ou de intervenção médica /cirúrgica das várias patologias crónicas que, em regra, são de curta duração e repetidos no tempo.

Tendo as Associações de Doentes signatárias tomado conhecimento que existem na Assembleia da República duas propostas de lei:

- Projeto de Lei n.º 540/XV/1.^a - ESTABELECE O CERTIFICADO DE INCAPACIDADE RECORRENTE E INTERMITENTE do Grupo parlamentar da Iniciativa Liberal, e o,
- Projeto de Lei n.º 544/XV/1.^a - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM ENDOMETRIOSE OU COM ADENOMIOSE ATRAVÉS DO REFORÇO DO SEU ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE E DA CRIAÇÃO DE UM REGIME DE FALTAS JUSTIFICADAS AO TRABALHO do Grupo parlamentar do Bloco de Esquerda.

que irão ser discutidas e votadas no próximo dia 16 de fevereiro cumpre-nos chamar à atenção dos deputados e da população em geral para a nossa posição comum sobre este assunto que a todos, de uma forma ou de outra, nos aflige e diminui o rendimento disponível para o sustento das famílias com Pessoas com Doença Crónica(PcDC).

1. Entendemos que é fundamental haver uma proteção completa da pessoa com doença crónica sujeita a episódios de agudização dos sintomas incapacitantes característicos da(s) sua(s) doença(s) crónica(s) que impedem a prestação normal do trabalho,
2. Entendemos que essa proteção deve considerar de forma equilibrada a prestação do trabalho e a garantia do rendimento da PcDC podendo implicar a prestação remota ou diferida do trabalho se, e quando, tal se adequar.
3. Entendemos que essa proteção permitirá uma maior flexibilidade aos clínicos na gestão das baixas e por conseguinte levará a uma redução efectiva dos dias de baixa suportada pela Segurança Social. Hoje, devido às regras rígidas, tal não é possível devido à incerteza natural da duração destes episódios agudos que obriga à determinação pelos clínicos, por regra, de períodos mais extensos de baixa médica que a duração média dos episódios.
4. Entendemos que esta proteção deve ser geral e não discriminatória entre as doenças crónicas, destacando-se neste aspecto o Projecto de Lei n.º 540/XV/1.^a da Iniciativa Liberal,
5. Entendemos que esta proteção, uma vez aprovada, será para nós um incentivo importante e um primeiro passo para a discussão e votação da nossa atual proposta de Estatuto do Doente Crónico.

Porque concordamos e apoiamos esta discussão e os seus fundamentos na Assembleia da República e porque pugnamos por uma solução justa subscrevemos o presente Comunicado (associações por ordem de siglas):

ADEB - Associação de Apoio a Doentes Depressivos e Bipolares

ADERMAP - Associação Dermatite Atópica Portugal ANDAI - Associação Nacional de Doentes com Artrites e Reumatismos da Infância

ADL - Associação de Doentes com Lúpus

ANCI - Associação Nacional de Cuidadores Informais

ANDAI - Associação Nacional de Doentes com Artrites e Reumatismos da Infância

ANDAR - Associação Nacional dos Doentes com Artrite Reumatóide

andLINFA - Associação Nacional de Doentes Linfáticos

ANDO Portugal - Associação Nacional de Displasias Ósseas

ANGEL - Associação de Síndrome de Angelman Portugal

APAHE - Associação Portuguesa de Ataxias Hereditárias

APDI – Associação Portuguesa da Doença Inflamatória do Intestino, Colite Ulcerosa, Doença de Crohn

APF - Associação Portuguesa de Fibromialgia

APFertilidade - Associação Portuguesa de Fertilidade

APL - Associação Portuguesa de Doenças do Lisossoma

APN - Associação Portuguesa de Neuromusculares

APPDH - Associação Portuguesa de Pais e Doentes com Hemoglobinopatias

ASBIHP - Associação "Spina Bífida e Hidrocefalia" de Portugal

ASFP - Associação Sanfilippo Portugal

Associação Novamente, Apoio aos traumatizados cranio encefalicos e suas familias

EVITA - Associação de Apoio a Portadores de Alterações nos Genes Relacionados Com Cancro Hereditário

MiGRA Portugal - Associação Portuguesa de Doentes com Enxaqueca e Cefaleias

MYOS - Associação Nacional Contra a Fibromialgia e Síndrome de Fadiga Crónica

MOG - Movimento Oncológico Ginecológico

Plataforma Saúde em Diálogo

PSO Portugal - Associação Portuguesa da Psoríase

RD-Portugal - União das Associações das Doenças Raras de Portugal

SERaro.pt - Associação de Síndromes Excepcionalmente Raras e Pessoas sem Diagnóstico

SPEM - Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla